

14/02/2012

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 457.106 PARAÍBA

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S)	: SALATHIEL CASTOR FILHO
ADV.(A/S)	: IVANA LUDMILLA VILLAR MAIA
INTDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL

EMENTA

Agravo regimental no agravo de instrumento. Servidor público. Atividade insalubre. Contagem especial de tempo. Período anterior à edição da Lei nº 8.112/90. Possibilidade. Precedentes.

1. A decisão ora atacada reflete a pacífica jurisprudência desta Corte a respeito do tema, a qual reconhece a possibilidade da contagem especial do tempo de serviço em atividade insalubre prestado antes da edição da Lei nº 8.112/90.

2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

14/02/2012

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 457.106 PARAÍBA

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S)	: SALATHIEL CASTOR FILHO
ADV.(A/S)	: IVANA LUDMILLA VILLAR MAIA
INTDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Universidade da Paraíba e Instituto Nacional do Seguro Social interpõem tempestivo agravo regimental contra decisão em que o Ministro **Sepúlveda Pertence** negou provimento ao agravo de instrumento (fls. 226/227), com a seguinte fundamentação:

“RREE, a, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (f. 111):

‘ADMINISTRATIVO. SERVIÇO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO CELETISTA. MUDANÇA DE REGIME. AVERBAÇÃO. DIREITO ADQUIRIDO.

I. A mudança do regime celetista para o estatutário não faz desaparecer o tempo de serviço prestado sob condições insalubres, quando a própria legislação vigente atribui peso diverso a serviço de natureza diferenciada ou exercício sob condições especiais.

II. Sentença mantida. Apelos improvidos.’

Sustenta o RE da Universidade Federal da Paraíba a violação dos artigos 5º, XXXVI; 40, § 5º e § 10; e 201, § 1º e § 9º, da Constituição Federal, e das Leis 6.226/75 e 8.213/91, ‘*que estabelecem as normas que regem a contagem recíproca de tempo de serviço prestado sob a égide da CLT no serviço público.*’

RE 457.106 AGR / PB

Já o RE do INSS alega a ofensa dos arts. 5º, XXXVI, 40, § 1º (red. original) e 202, § 2º (red. original), da CF: aduz a impossibilidade da emissão da certidão por tempo de serviço *prestado* em condições especiais (insalubridade ou penosidade) sob a égide da CLT, à vista da modificação do regime jurídico do recorrido de celetista para estatutário.

Decido.

Não têm razão os recorrentes.

Correta a decisão que aplicou ao caso a garantia constitucional do direito adquirido, pois o cômputo do tempo de serviço e os seus efeitos jurídicos – já incluída a conversão questionada – regem-se pela lei vigente quando da sua prestação: incide **mutatis mutandis** a **Súmula 359**.

Ademais, o acórdão recorrido ajusta-se ao decidido no julgamento do RE 433.305, 14.02.2006, 1ª T, **Pertence**, com a seguinte ementa:

‘1. O servidor público tem direito à emissão pelo INSS de certidão de tempo de serviço prestado como celetista sob condições de insalubridade, periculosidade e penosidade, com os acréscimos previstos na legislação previdenciária.

2. A autarquia não tem legitimidade para opor resistência à emissão da certidão com fundamento na alegada impossibilidade de sua utilização para a aposentadoria estatutária; requerida esta, apenas a entidade à qual incumba deferi-la é que poderia se opor à sua concessão.’

Nego seguimento aos recursos extraordinários (art. 557, **caput**, do C.Pr.Civil).”

Sustentam os agravantes, em síntese, a *“impossibilidade de ocorrer direito adquirido, como pleiteado pelo Agravado, uma vez que a contagem de tempo fictício com o escopo de se obter aposentadoria especial de professor seria feita de modo ilegal, inábil para a aquisição de qualquer prerrogativa, merecendo, por isso, ser revertida a resp. decisão agravada”* (fl. 239).

É o relatório.

14/02/2012

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 457.106 PARAÍBA

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

O inconformismo não merece prosperar, haja vista que as alegações deduzidas no agravo são insuficientes para infirmar a fundamentação que ampara a decisão agravada.

Colhe-se do voto condutor do acórdão recorrido:

“(…)

No caso em tela, o impetrante prestou serviços como professor na vigência dos Decretos nºs 53.831/64 e 83.080/79, tendo adquirido o direito à contagem do tempo de serviço com a utilização do multiplicador (para cada ano de serviço especial computa-se um ano mais quarenta por cento de ano de serviço normal).

Inobstante a mudança de regime celetista para estatutário, entendo que o seu direito é legalmente reconhecido e já incorporado ao seu patrimônio não podendo ser suprimido.

É sabido que a Lei 8112/90 é omissa quanto às condições de averbação do tempo de serviço insalubre, apesar de garantir a contagem para fins de aposentadoria, remetendo à lei específica a regulamentação da aposentadoria dos servidores públicos nessa condição especial.

Entretanto, no que diz respeito à averbação, entendo que, se à época da prestação do serviço especial a legislação previdenciária (Decretos nºs 53.831/64 e 83.080/79 c/c Lei 8213/91) reconhecia a contagem de tempo de serviço nessa qualidade de forma diferenciada, é de ser reconhecida a presença dos requisitos de certeza e liquidez do direito já adquirido, que não desaparece apenas pela mudança de regime” (fls. 107/108).

Como visto, é certo que o acórdão recorrido está em consonância

RE 457.106 AGR / PB

com a jurisprudência desta Corte, firmada no sentido de que o servidor tem direito à contagem especial do tempo de serviço prestado sob condições insalubres, perigosas ou penosas à época em que celetista. Nesse sentido:

“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO POR SERVIDOR CELETISTA ANTES DA PASSAGEM PARA O REGIME ESTATUTÁRIO. PRECEDENTES. 1. Consoante a firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, se comprovado o exercício de atividade considerada insalubre, perigosa ou penosa, possui o servidor direito à contagem especial do respectivo período. 2. Agravo Regimental desprovido” (RE nº 363.064/RS-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Ayres Britto**, DJe de 26/11/10).

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTAGEM. TEMPO DE SERVIÇO. CONDIÇÕES INSALUBRES. 1. A jurisprudência do Supremo é firme no sentido de que ‘contagem do tempo de serviço prestado por servidor público ex-celetista, inclusive o professor, desde que comprovadas as condições insalubres, perigosas ou penosas, em período anterior à Lei 8.112/1990, constitui direito adquirido para todos os efeitos’. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento” (RE nº 380.413/PB-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Eros Grau**, DJe de 29/6/07).

“I. Servidor público federal: contagem especial de tempo de serviço prestado enquanto celetista, antes, portanto, de sua transformação em estatutário: direito adquirido, para todos os efeitos, desde que comprovado o efetivo exercício de atividade considerada insalubre, perigosa ou penosa. Precedentes. II. Agravo regimental: inviabilidade de, em agravo regimental, inovar a causa com questões não debatidas no acórdão

RE 457.106 AGR / PB

recorrido, nem objeto das razões do recurso extraordinário” (RE nº 473.895/RS-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 7/12/06).

“SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSOR. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO SOB CONDIÇÕES INSALUBRES, PERIGOSAS OU PENOSAS. CONTAGEM ESPECIAL. PERÍODO ANTERIOR À LEI 8.112/1990. POSSIBILIDADE. Esta Corte, por meio de suas Turmas, pacificou o entendimento no sentido de que a contagem do tempo de serviço prestado por servidor público ex-celetista, inclusive o professor, desde que comprovadas as condições insalubres, perigosas ou penosas, em período anterior à Lei 8.112/1990, constitui direito adquirido para todos os efeitos. O art. 557 do Código de Processo Civil autoriza o relator a negar seguimento a recurso quando a matéria em debate se refira a tema já pacificado nesta Corte. Agravo regimental a que se nega provimento” (RE nº 450.035/PB-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Joaquim Barbosa**, DJ de 22/9/06).

No mesmo sentido, especificamente, a seguinte decisão monocrática: RE nº 539.103/PB, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 31/10/08.

Ressalte-se que o Plenário desta Corte, em sessão realizada por meio eletrônico, concluída em 13/8/10, no exame do RE nº 612.358/ES, Relatora a Ministra **Ellen Gracie**, reconheceu a existência de repercussão geral e ratificou a jurisprudência firmada por esta Corte no sentido de que o servidor possui direito adquirido à contagem especial do tempo de serviço prestado sob condições insalubres referente ao período celetista. Tal julgado restou assim ementado:

“ADMINISTRATIVO. CONTAGEM ESPECIAL DO TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM CONDIÇÕES INSALUBRES. PERÍODO ANTERIOR À INSTITUIÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO. DIREITO ADQUIRIDO. RATIFICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA FIRMADA POR ESTA SUPREMA CORTE. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL”

RE 457.106 AGR / PB

(RE nº 612.358/ES-RG, Relatora a Ministra **Ellen Gracie**, DJe de 27/8/10).

Ante o exposto, voto pelo não provimento do agravo regimental.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 457.106

PROCED. : PARAÍBA

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

AGTE.(S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

AGDO.(A/S) : SALATHIEL CASTOR FILHO

ADV.(A/S) : IVANA LUDMILLA VILLAR MAIA

INTDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. 1ª Turma, 14.2.2012.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Rosa Weber.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Coordenadora